



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

ATA

(Oeiras e Lisboa, 19 e 20 de outubro de 2016)

Realizou-se no Forte de São Julião da Barra, em Oeiras, nos dias 19 e 20 de outubro de 2016, uma Reunião Extraordinária dos Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Estiveram presentes na Reunião o Diretor Nacional interino da Direção Nacional de Política de Defesa Nacional da República de Angola, Brigadeiro Barbosa Antunes Epalanga, o Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, o Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde, Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes, o Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Moçambique, Brigadeiro Cristóvão Artur Chume, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa, Dr. Nuno Pinheiro Torres, o Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Administração Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Coronel Alfredo Marçal Lima, e o Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Dr. Martinho Maia Gonçalves.

A Guiné-Bissau e a Guiné Equatorial não se fizeram representar.

Participaram, como convidados, o representante do Secretariado Executivo da CPLP, Dr. Miguel Levy, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE), Tenente-General Luís Diogo de Carvalho, e os representantes do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), Dr.^a Maria Leticia Bairrada e Capitão-de-Fragata Luís Costa Cabral

O Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Dr. Martinho Maia Gonçalves, na qualidade de Presidente do fórum, abriu a reunião, referindo o acordo obtido em Díli para



a sua realização, tendo em vista aprofundar e desenvolver os documentos relativos ao Mecanismo de Resposta da CPLP a catástrofes e ao Colégio de Defesa da Comunidade. Tendo agradecido a hospitalidade portuguesa, deu as boas vindas às delegações presentes, tendo de seguida entregue a condução dos trabalhos ao Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional de Portugal, Dr. Nuno Pinheiro Torres.

O Dr. Nuno Pinheiro Torres saudou todos os presentes, lamentando a ausência do General Malan Camará e da delegação da República da Guiné-Bissau, que não pode estar presente por motivos de última hora, bem como da República da Guiné Equatorial, não obstante as várias insistências por parte do SPAD. Lembrou os assuntos que motivaram a convocação da reunião, com especial ênfase nos dois primeiros pontos da agenda: a apreciação e análise dos princípios gerais e orientações de base conducentes à criação de um mecanismo de resposta a catástrofes da CPLP e a apreciação e análise do documento com vista à implementação do Colégio de Defesa da CPLP, apresentando depois os restantes pontos da agenda.

Submeteu para apreciação a Agenda de Trabalhos, tendo Cabo Verde sugerido a inclusão de um ponto 6. Outros Assuntos para felicitar o Brigadeiro Cristóvão Chume pela sua promoção. O Coronel Marçal Lima informou pretender transmitir uma informação relativa ao seu país e o Dr. Miguel Levy informou que procederá à apresentação de ponto de situação sobre a preparação da próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP a ocorrer em Brasília, dia 1 de novembro de 2016. Com a introdução destes pontos, a agenda foi aprovada por consenso.

Ponto 1. - Resposta da CPLP a catástrofes - Apreciação e análise dos documentos

O Dr. Nuno Pinheiro Torres apresentou um breve enquadramento da questão, referindo-se ao mandato conferido aos DPDN através da declaração ministerial aprovada e assinada na reunião de MDN/CPLP de 19MAI2016, em Timor-Leste, no sentido de coordenar o processo conducente à elaboração dos princípios gerais e das orientações de base.

Para esse efeito, o Núcleo Permanente do SPAD elaborou uma proposta de documento estabelecendo os princípios gerais e orientações de base conducentes a uma resposta da componente de Defesa da CPLP a situações de catástrofes, enviado para apreciação das delegações. Paralelamente foi recebida uma proposta do Brasil também para apreciação dos presentes

α

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
2



Portugal sugeriu que a delegação brasileira apresentasse a sua proposta, considerando que tem sido um dos principais intervenientes neste processo.

O Brasil referiu que devido a alguma falta de comunicação, a proposta que se encontrava elaborada há muito tempo, só recentemente foi remetida, considerando passível de ser fundida com a proposta do SPAD.

Posteriormente foi solicitada a posição das restantes delegações.

Angola referiu ter alguma experiência na gestão e resolução de conflitos que poderão se úteis para o Mecanismo de Resposta conjunta a catástrofes, apontando a Presidência na Região dos Grandes Lagos e o comando da CARIC - Capacidade Africana de Resposta Imediata a Crises. Considera ainda existirem dois níveis de intervenção: o nível interno e o nível multilateral na gestão de catástrofes. Em geral concorda com as propostas apresentadas, nomeadamente com a criação de grupos de contacto e pontos focais, apontando dúvidas quanto à coordenação que será diferente de país para país, e enfatizou que o documento necessita de alguns melhoramentos.

Cabo Verde concorda com a posição de Angola, referindo que muitas vezes se avança nas reuniões da Componente de Defesa, mas que mais tarde somos confrontados com os obstáculos ordem interna em termos da legislação. Para obstar a esta situação sugere que se inclua a efetivação de um levantamento da legislação dos Estados Membros. Afinal esta capacidade surgiria apenas como uma componente dentro de um mecanismo multidisciplinar de resposta a catástrofes.

Portugal concorda que a primeira resposta seja interna mas relembra que se pretende criar um mecanismo passível de ser acionado mediante o pedido de um Estado Membro afetado por uma catástrofe.

Moçambique entende que devemos ter presente a preocupação que fez surgir esta questão que é a de criar uma capacidade própria dentro da CPLP para responder a este tipo de desafios. Quanto à questão de respeito à soberania do estado solicitante de apoio, referiu que, por exemplo, Moçambique é um país que frequentemente sofre de cheias, e em caso de necessidade solicita apoio de outros países, ficando a coordenação da intervenção a cargo das autoridades de Moçambique, não se verificando problemas com a organização interna de cada Estado.

Esta posição foi corroborada por São-Tomé e Príncipe que considerou que face a um pedido de auxílio de um Estado Membro não se colocam impedimentos legais. Teme que se esteja a evoluir de forma lenta neste processo.



O Dr. Miguel Levy referiu que dentro da CPLP assuntos como a mobilidade entre Estados Membros, apesar de envolverem diferentes ministérios, nunca foram impeditivos do trabalho a realizar.

Foi sugerido que o documento proposto pelo Brasil fosse tomado com base de trabalho face à sua vasta experiência na matéria e que nele fossem integradas as dimensões do Exercício Físico e da Saúde Militar, a par da necessidade de que o pedido de apoio parta do Estado Membro afetado. Foi distribuída uma proposta de documento de trabalho que, partindo do documento do Brasil, incluiu os elementos acima referidos.

Propôs-se que o Brasil assumisse a liderança deste processo com vista à apresentação, até à próxima reunião do SPAD (fevereiro/março de 2017), de um documento mais aprofundado que incluía as sugestões feitas pelas delegações, acordando ainda os presentes, mediante a proposta de Angola, que o documento de trabalho entretanto distribuído na reunião constitua base de trabalho. Esta proposta foi aceite consensualmente.

Ponto 2. Colégio de Defesa da CPLP

Portugal apresentou um breve enquadramento relativamente a esta questão. Considerando que os Termos de Referência foram aprovados na reunião de MDN de 19MAI2016 (Díli, Timor-Leste) e que foi decidido o seu desenvolvimento com vista a uma proposta mais aprofundada para a implementação do Colégio, as delegações Portuguesa e Moçambicana elaboraram um documento/proposta com Normas de Funcionamento para o Colégio que foram divulgadas pelos Estados-Membros. Paralelamente foi recebida uma proposta do Brasil também para apreciação dos presentes.

Angola considerou que o documento das delegações Portuguesa e Moçambicana com as Normas de Funcionamento complementam os Termos de Referência aprovados. Considerou ser de definir a quem cabe a coordenação e que sejam explícitas as atribuições do CAE e do SPAD.

O Dr. Nuno Pinheiro Torres referiu-se ao CAE como um órgão já consolidado, de pensamento e reflexão estratégica, que desenvolveu o documento sobre a Identidade da CPLP no domínio da Defesa, tem estabelecido Protocolos com universidade e outras instituições, de entre outras atividades. O Colégio estará vocacionado para a formação e aprofundamento de conhecimentos.

al

Miguel



O Brasil referiu que o seu documento Estatuto do Colégio de Defesa da CPLP foi sugerido pela Escola Superior de Guerra e baseado na experiência da Escola Superior de Defesa (ESUDE), da UNASUR.

Portugal referiu a existência de diversos Colégios em organizações como a NATO, UE ou Iniciativa 5+5 Defesa, considerando de integrar no documento base o relevante contributo do Brasil.

São Tomé e Príncipe apelou à inclusão do mar e da componente marítima no elenco dos conteúdos a desenvolver.

Foi ainda esclarecido que o planeamento é aprovado na reunião dos MDN para o ano seguinte, momento em que cada Estado Membro deve apresentar a sua disponibilidade para a coordenação do Colégio.

O Diretor do CAE referiu-se à relação entre o CAE e o Colégio, tendo considerado existir complementaridade nas duas instituições. Com efeito, o Colégio apresenta-se como uma instituição de ensino, ministrando cursos, módulos e orientando estágios, enquanto o CAE se dedica à pesquisa e investigação através de seminários e debates. O Colégio estará mais vocacionado para conteúdos/matérias que, sem prejuízo da doutrina, desenvolvam as discussões até à sua materialização. Considera ser de encontrar uma solução de meio-termo, abrindo espaço para a intervenção do CAE no Colégio Defesa.

O Dr. Nuno Pinheiro Torres, concordando com o Diretor do CAE, referiu que as ações do Colégio poderão ir mais além e serem antecedidas por seminários político-diplomáticos, com intercâmbio de formadores, criando sinergias entre si.

Moçambique agradeceu ao Brasil pelo seu documento, considerando ser bastante útil com vista à obtenção de um documento consolidado até à reunião de MDN. Através do Colégio poder-se-ão discutir novas ideias e lidar com as preocupações dos Estados Membros.

Foi proposto que Portugal e Moçambique elaborem uma versão consolidada do documento que incluía os contributos do Brasil, para circular pelos Estados Membros dentro de 30 dias. Estes terão assim tempo para, caso necessário, procederem a consultas internas até à apreciação no SPAD e restantes órgãos da Componente.

Portugal considera existirem todas as condições para que estes dois documentos sejam aprovados na próxima reunião de MDN em 2017, juntamente com uma proposta de coordenação. A sua aprovação contribuirá para a dinamização da Componente de Defesa, proporcionando um mecanismo de apoio aos Estados Membros em caso de catástrofe e um impulso significativo na área da Formação. O ano de 2018 poderia ser o ano da



lançamento do Colégio de Defesa da CPLP com o início dos cursos. A proposta foi aceite consensualmente.

Ponto 3. - Apreciar e aprovar o Plano de Ação 2016-2017 para a Componente de Defesa da CPLP - República Democrática de Timor-Leste

O Dr. Martinho Gonçalves procedeu à apresentação do Plano de Ação (Maio de 2016-Maio de 2017) da Presidência de Timor-Leste para a Componente de Defesa. Após algumas alterações, o documento foi aprovado e consta como anexo à presente Ata.

Ponto 4. - Definição do local da próxima reunião de MDN/DPDN

O Dr. Nuno Pinheiro Torres apresentou o ponto de situação relativo à reunião de MDN em 2017. Perante a impossibilidade da República de Angola em acolher a próxima reunião de MDN devido à realização de eleições gerais naquele país, solicitou ao Brasil, país que se segue em ordem alfabética, indicação de disponibilidade para acolher a reunião.

O Brasil, porque irá organizar dois eventos da CPLP em 2017 - Conferência das Marinhas e Exercício Felino, declinou a organização da reunião de MDN.

O Tenente-Coronel Paulo Lopes reiterou a disponibilidade já anteriormente manifestada por Cabo Verde para a organização da reunião.

O Dr. Miguel Levy referiu-se à forma progressiva como a Guiné Equatorial tem aderido às atividades da CPLP, embora com menos representatividade ao nível político.

O Brigadeiro Chume considerou que o acolhimento de reuniões é mais do que o cumprimento da mera ordem alfabética, tratando-se de tomar posições, de fazer e sentir-se parte dos processos em curso. A falta de expressividade na participação da Guiné Equatorial contradiz a energia colocada quando da sua adesão. As posições manifestam-se pela presença e este país não está presente na reunião, nem se manifestou ao longo destes 5 meses.

Foi referido também o disposto no artigo 4.º do Regimento Interno das reuniões de MDN, quanto à Periodicidade, que refere que perante a impossibilidade de respeitar a ordem alfabética por razão imputável ao Estado Membro anfitrião, a Reunião deve ser assegurada pelo Estado Membro seguinte na mesma ordem.

Ficou então decidido que o SPAD solicitará formalmente a confirmação pelo MDN da Guiné Equatorial quanto à disponibilidade em organizar a reunião em maio de 2017. Esta

28



confirmação terá que ocorrer até ao dia 15 de novembro de 2016, com o compromisso de participação na próxima reunião do SPAD e de CEMGFA para tomar conhecimento dos dossiês. Em caso de ausência de resposta naquele prazo, fica desde já definida a organização da reunião de MDN em 2017 pela República de Cabo Verde.

Ponto 5 -Diversos - Reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP

O Dr. Nuno Pinheiro Torres fez uma breve apresentação do tema, com vista a lançar as bases para uma reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa. Referiu-se, nomeadamente, às novas iniciativas, ao Fórum de Saúde Militar, à Conferência das Marinhas, à consolidação do CAE que vai na sua terceira Direção e aos documentos que nos encontramos a desenvolver. Considerou que a marca CPLP chama a atenção de outros países, como se verifica pelos pedidos de adesão com o estatuto de observadores, mas devemos refletir na forma como investir na visibilidade externa da Componente, como divulgar e dar a conhecer o que fazemos. Referiu-se ao acesso ao site da Componente de Defesa e à possibilidade de haver observadores presentes nas reuniões de MDN. Apelou à maior intervenção ao nível operacional nos Exercícios Felino e na possibilidade de atuação conjunta em operações de paz com as Nações Unidas, designando as novas ameaças, a ciberdefesa, as operações especiais como temas que devemos considerar no futuro. Finalmente disse ser necessário definir o que queremos alcançar nesta Componente.

Aberta a discussão, o Brasil concordou na necessidade de termos maior ambição, Cabo Verde referiu-se à necessidade de termos produto e resultados concretos da Componente, considerando esta reflexão muito bem-vinda. Moçambique concordou e afirmou que os níveis de ambição se encontram abaixo das capacidades dos Estados Membros, mas que considera a importância de trazer ideias novas à organização. Portugal relembra que o Colégio de Defesa uma vez aprovado representa resultado da nossa atividade. Concorda com a ideia transmitida por Moçambique no sentido de os DPDN poderem nas suas reuniões debaterem novas ideias para a CPLP, eventualmente com documentos preparados para esse efeito. Foi referido também que as restrições financeiras não deverão obstaculizar a melhoria da organização. Timor-Leste referiu-se ao carácter complexo, difuso, global, transversal e transnacional das ameaças; o terrorismo, as ciberameaças, os diversos tráficos; a CPLP representa todos os



continentes e deverá ser aproveitada através dos seus órgãos para fazer recomendações aos DPDN e MDN.

Apelou-se igualmente à reflexão quanto à ação dos Núcleos Nacionais do CAE, ficando definido que esta reflexão terá continuidade na próxima reunião de DPDN, devendo ser preparado documento que reflita a base deste trabalho.

Ponto 6 - Outros assuntos

O Secretariado Executivo referiu-se à adoção da nova Visão para a CPLP 2016-2026 e ao seu surgimento como balanço ao fim de 20 anos da Comunidade. O carácter transcontinental da CPLP torna o seu funcionamento muito diverso relativamente a uma organização regional, sendo que o grande desafio é precisamente realizar o potencial da CPLP. As questões levantadas quanto à visibilidade afetam todas as componentes; a aproximação da CPLP dos cidadãos será uma das formas de conferir a almejada visibilidade, considerando que a realização desta Cimeira poderá trazer contributos, referindo-se à atualidade da reflexão proposta.

Os DPDN congratularam-se pela promoção do Brigadeiro Cristóvão Chume, reconhecendo o seu valioso trabalho e empenho, desejando-lhe as maiores felicidades no seu novo e merecido posto.

O Coronel Marçal Lima anunciou a remodelação ministerial ocorrida em São Tomé e Príncipe, com a junção dos Ministérios da Defesa e a Administração Interna, sendo o Ministro Arlindo Ramos que acumula tais funções.

Cobertos, deste modo, todos os pontos da agenda, e depois de congratular os presentes pelo bom andamento dos trabalhos e pelos resultados obtidos, o Dr. Nuno Pinheiro Torres deu por finda a Reunião Extraordinária dos Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP, da qual se lavrou a presente ata.

Ar

Lisboa, 20 de outubro de 2016



O Diretor em Exercício da Direção Nacional de Política de Defesa Nacional da República
de Angola

Brigadeiro Barbosa Antunes Epalanga

O Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do
Brasil

Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva

O Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa da
República de Cabo Verde

Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes

O Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República
de Moçambique

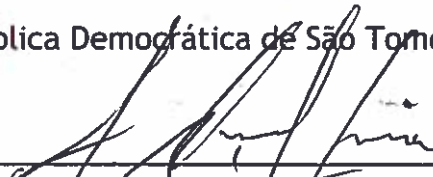
Brigadeiro Cristóvão Artur Chume

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da
República Portuguesa

Dr. Nuno Pinheiro Torres



O Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Administração Interna
da República Democrática de São Tomé e Príncipe



Coronel Alfredo Marçal Lima

O Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da
Defesa da República Democrática de Timor-Leste



Dr. Martinho Maia Gonçalves